

A rua é nossa... de todos nós !

EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Nuno Travasso

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – FAUP, ntravasso@arq.up.pt

1.

Uma análise – ainda se superficial – das novas tendências de mercado leva-nos a acreditar que os anseios que estão na base da procura de habitação, já não se focam apenas no espaço privado – a casa, ela mesma – mas remetem cada vez mais também para a sua envolvente imediata. Uma deslocação que parece movida pelo desejo de recuperar um domínio que é visto como perdido: a *vida de rua* ou de *bairro* e a *comunidade* que lhe corresponderia; a domesticidade para lá da esfera estrita da casa.

Esta procura torna-se clara na multiplicação de condomínios fechados, assim como nos movimentos de retorno aos centros urbanos – uns e outros (ainda?) pouco expressivos em termos estatísticos, mas claros nos discursos mediatizados e na alteração dos paradigmas que conduzem os mercados. Na sua análise do fenómeno dos condomínios habitacionais fechados (CHF), Marta Martins conclui que *“a qualidade dos CHF reportam não tanto às características da casa, mas às características do conjunto articulado entre edifício e sua imediata vizinhança próxima: seja pela existência de equipamentos/espacos de posse e usufruto comum (particularmente importante, o ter espaços verdes), seja pelo cuidado votado à preservação/manutenção desses espaços.”* (p.121)

O crescente interesse que actualmente se verifica pelo conjunto urbano no qual a habitação se insere, parece assim seguir-se a um tempo dominado pela procura de satisfação das necessidades de habitação – a conquista do espaço privado desejado – processo no qual se teria perdido um domínio físico e social que se estendia para além da casa e se identificava com a existência de uma comunidade significativa. Fica pelo caminho parte da história: aquela parte em que a satisfação das necessidades (materiais e simbólicas) ligadas à habitação privada passavam pela *saída do bairro*: porque ali não havia as condições desejadas, porque o bairro significava a própria falta dessas condições, porque a satisfação das necessidades envolvia *vencer na vida* e, por isso, superar as condições iniciais, o que só seria atingido através da saída da comunidade e do lugar de origem, ou até porque o simples facto de residir naquele bairro constituía, só por si, um estigma social negativo.¹

Nos discursos que envolvem o tema e justificam os novos padrões de procura é recorrente o sentimento de *desolação* face aos espaços, vivências e ambientes do meio urbano actualmente existente, e de *perda* em relação a uma imagem idealizada do passado. Marta Martins sublinha este facto: *“a caracterização da cidade presente, é pontuada por concepções sobre a cidade de antes que a retratam como espaço idealizado, obscurecendo-se os dados históricos menos felizes, que contraditam essa imagem sobre o passado.”* (p.125) E acrescenta que *“os mesmos factores associados pelos entrevistados a uma lamentável desagregação das vizinhanças e penosa desumanização da cidade e empobrecimento da cidadania, são, simultaneamente, manifestações de desenvolvimento [...] conquistas de que não se dispõem a abdicar.”* (p.125) A apreciação do espaço urbano por relação a uma imagem idealizada – seja ela resultante de memórias do passado ou do imaginário colectivo da sociedade – torna-se, por exemplo, visível no espanto de Filomena Mónica, quando, ao visitar o Bairro da Malagueira, se depara com um ambiente que não corresponde à imagem normalmente associada à ideia de bairro: *“Pelos ruas perpendiculares, em declive, não há vivalma. Não bóiam aromas nem fumos de cozinha. Não circulam vendedoras de castanhas, nem homens com cestos de queijos, nem amoladores de navalhas.”* (p.135)

2.

Segundo Pierre Mayol, o bairro pode ser entendido como “*uma área de espaço público genérico (anónimo para todos) na qual um espaço privado, particularizado, se vai insinuando a pouco e pouco, como resultado do uso quotidiano desse espaço*” (CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre; p.9). Ou seja, será através das práticas quotidianas, do uso rotineiro de um mesmo espaço e do cruzamento constante com o outro – que assim se vai tornando conhecido – que se constrói uma ideia de *unidade de vizinhança*, entendida como lugar com o qual o sujeito se identifica e ao qual se sente pertencer, e como criação de uma estrutura social baseada no reconhecimento. A apropriação do espaço pelo grupo – espécie de privatização do domínio público – resultante da repetição ou ritualização de determinadas práticas, isto é, a *acção do indivíduo sobre o espaço*, estaria assim na base da construção do ambiente característico do bairro tradicional e dos próprios sentimentos de identidade e pertença que lhe estão associados.

O domínio assim definido basear-se-ia então na co-presença diária de um conjunto de pessoas que, pela constante e duradoura interacção, iriam assegurando a manutenção da comunidade. Esta co-presença estava à partida assegurada por um alargado número de indivíduos cujos modos de vida implicavam longos períodos de permanência na área de residência, dos quais se destacavam as mulheres, que estavam fora do mercado de trabalho, idosos já reformados a habitar com os filhos integrando núcleos familiares alargados e as crianças que – exactamente pelas mães e/ou avós permanecerem em casa – tinham horários escolares reduzidos. As ditas práticas quotidianas correspondiam sobretudo às tarefas diárias directamente ligadas à vida doméstica (compras, tratamento da roupa, etc.) e às brincadeiras das crianças.



Figura1/2 – Apropriação do espaço público, com base em práticas quotidianas em Elvas.
Foto: Inês Almeida, 2002.

Nuno Travasso
Em Busca do Tempo Perdido



Figura 3/4 – Apropriação do espaço público, pelas práticas quotidianas das crianças em Elvas.
Foto: Inês Almeida, 2002.

De facto, na extensa produção – tanto teórica como projectual – relacionada com a concepção de unidades de vizinhança ao longo do século XX esta lógica é reconhecida e, de um modo geral, tida por estabilizada.² Daí que os serviços previstos como apoio ao funcionamento dos bairros, assim como o próprio desenho dos seus espaços colectivos, tendam a basear-se nessas práticas.

Tal é especialmente claro na discussão em torno do tema da residência dominada pelos Team 10 na década de 50, momento em que a análise do espaço urbano se desloca da divisão funcional para as escalas de associação, e em que questão da habitação deixa de ser dominada pela estrita necessidade de garantir espaço privado e condições de salubridade a uma população crescente, para se focar na promoção de uma comunidade significativa com base nas noções de identidade e pertença. O espaço construído deixa de significar em si mesmo. É antes visto como um suporte capaz de receber e promover a construção de novos significados resultantes da apropriação que os habitantes fazem do espaço. Nas palavras de Yona Friedman: *“Um arquitecto não ‘cria’ uma cidade, apenas uma acumulação de objectos. É o habitante quem ‘inventa’ a cidade: uma cidade inabitada, ainda que nova, é apenas uma ‘ruína’.”* (p.3)

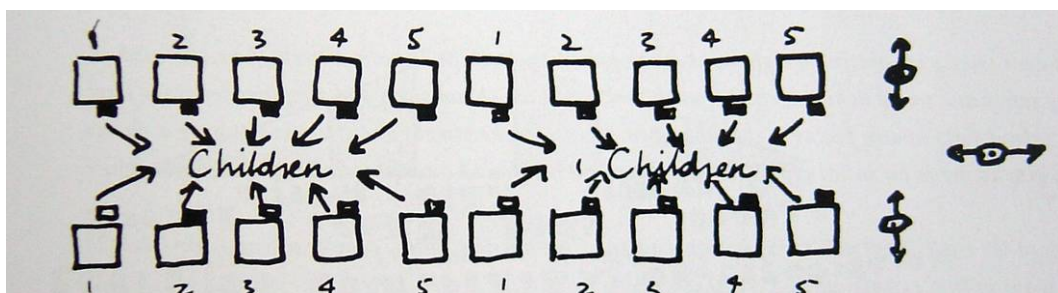


Figura 5 – Alison Smithson, Peter Smithson, *“Diagram of child association pattern in a street”*, 1950.
Fonte: SMITHSON Alison; SMITHSON Peter; p.23.

Nuno Travasso
Em Busca do Tempo Perdido

Esta construção de significados sobre o espaço – esta apropriação – resultará em grande medida do uso do espaço. Rapidamente as crianças começam a ser vistas como símbolo de tal apropriação pelo uso intenso e criativo que fazem do espaço que habitam, e o desenho das áreas colectivas das unidades de vizinhança passa a basear-se na promoção das actividades das crianças, como forma de assegurar a vitalidade destas unidades que se pretendem intensamente vivenciadas. A sociabilidade é aqui vista sempre como positiva e o modo como é fomentada parte, não raras vezes, de tentativas moralizadoras de dirigir os estilos de vida dos residentes. Parece esquecer-se muitas outras práticas fortemente territoriais, como *gangs*, *grafiteiros*, *dealers*, etc. Parece esquecer-se, sobretudo, o facto do espaço partilhado – muitas vezes de forma impositiva – ser também espaço de conflito.

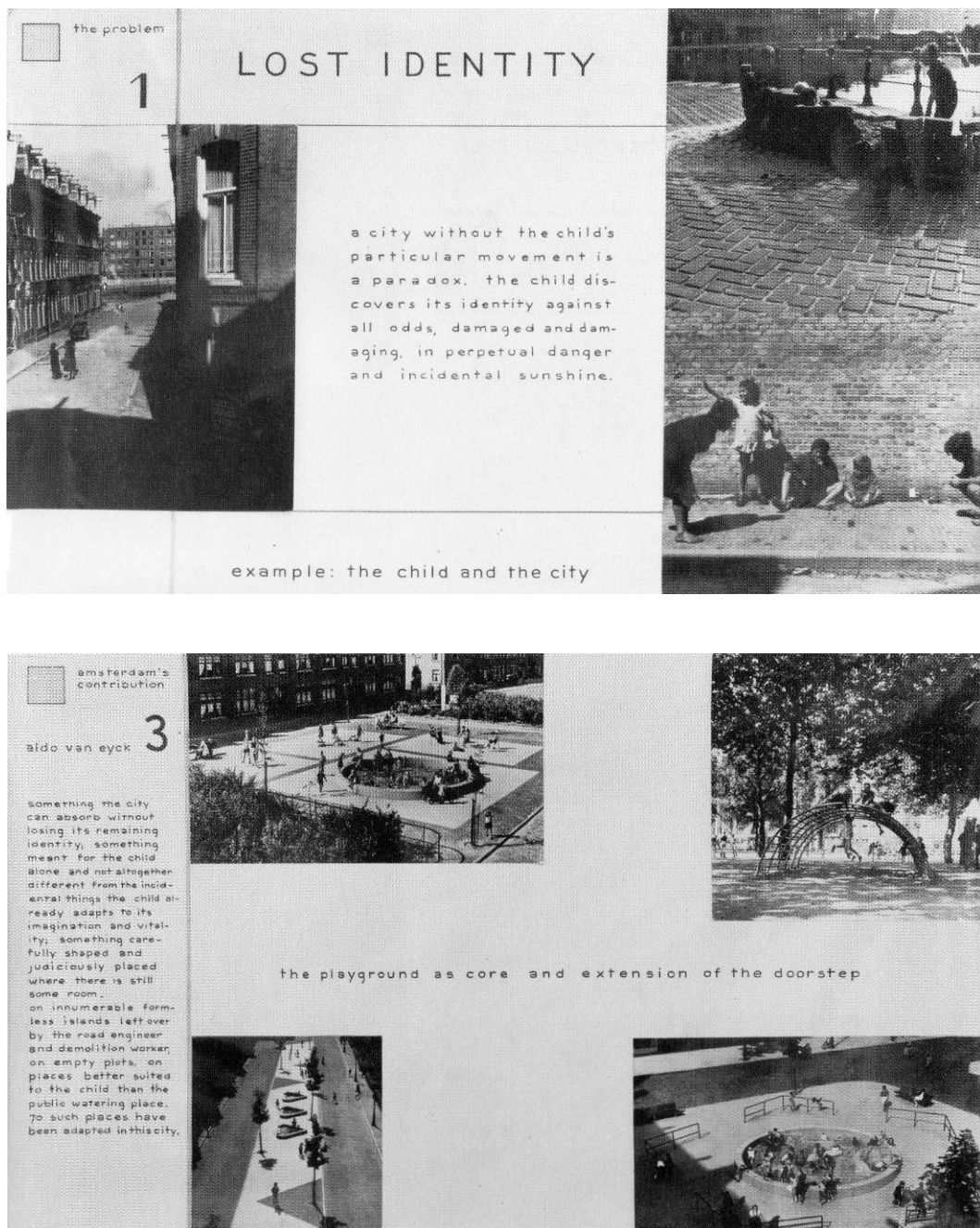


Figura 6/7 – Aldo Van Eyck, “Lost Identity”. Painéis apresentados no CIAM X, 1956.
Fonte: RISSELADA, Max; HEUVEL, Dirk van den; pp. 56, 57.

Um alargado conjunto de espaços e equipamentos torna-se assim obrigatório – até em termos regulamentares³ – em todos os conjuntos habitacionais: parques infantis, infantários, escolas, centros de dia. Para além disso, o próprio desenho dos restantes espaços deveria ter em conta a sua possível apropriação (e subversão) pelas crianças. Os princípios então estabelecidos, mantiveram-se como regra por décadas. Quando, em 1986, Clare Markus e Wendy Sarkissian estudam formas de projecto de unidades de habitação visando a promoção de modos de habitar comunitários, as suas propostas baseiam-se quase exclusivamente na adequação dos espaços aos usos das crianças, as quais são consideradas como forma de assegurar a vitalidade do espaço e como base para o início das relações de vizinhança entre as famílias.

Ainda que de forma menos exacerbada – pelo menos no discurso – algo de semelhante se passa nos espaços dedicados às práticas quotidianas ligadas com as tarefas domésticas. Assim, às áreas pensadas para as crianças somam-se os pequenos estabelecimentos comerciais, mercados, lavadouros colectivos, estendais, etc., seleccionados consoante a cultura e os estilos de vida dos grupos a que se destinam.

Estes modelos comunitários assentavam portanto na permanência quotidiana de mulheres e crianças no local de residência. Assentavam igualmente numa reduzida mobilidade. Uma reduzida mobilidade física que obrigava a que as práticas quotidianas se circunscrevessem a uma área limitada em torno da habitação, o que por sua vez conduzia ao surgimento de um conjunto mínimo mas completo de serviços de proximidade. Mas também uma reduzida mobilidade social, associada a uma mobilidade residencial que se pretendia inexistente, como forma de assegurar a estabilidade do grupo: estabilidade não só dos membros que o compõem, mas também das relações que estabelecem entre si e das que estabelecem com o espaço que habitam, como condição essencial para a construção e manutenção de uma cultura comum e até de uma cosmologia própria, por oposição a um exterior, o que supõe a definição de limites claros e estáveis.

Ainda no que se refere à importância da estabilidade, Mayol demonstra-nos que integrar a vida colectiva será sempre entendido como um investimento no tempo com vista à obtenção futura de *reconhecimento* pelo outro e de uma determinada posição nessa estrutura social (CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre; pp.15-34), pelo que o simples sentimento, por parte de um residente, de que a sua inclusão num determinado grupo é, de certo modo, provisória, desincentiva-o de investir na participação na vida do grupo que exige muito tempo e envolve compromissos delicados.

3.

Ora, as condições sociais que aqui se apresentam como estando na base da construção de um modelo ideal de bairro alteraram-se profundamente nas últimas décadas. A diminuição dos agregados domésticos⁴ e a entrada da mulher no mercado de trabalho⁵, obrigam a que as crianças deixem de permanecer grande parte do dia na sua área de residência. Os recentes esforços do Governo no sentido de alargar os horários do 1º ciclo do ensino básico para um mínimo de 8 horas diárias e de estender a todo o país o ensino pré-escolar, denotam a necessidade de responder às novas condições. Tal é claro no próprio despacho que determina o dito alargamento dos horários, sendo este justificado, entre outras razões, pela *“necessidade de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias”* (Despacho 16795/2005 – DR nº148 de 3 de Agosto). Ao mesmo tempo, as tarefas domésticas reorganizaram-se: diminuíram e compactaram-se no tempo com a ajuda de uma enorme parafernália de produtos e máquinas, transformando-se em curtos rituais nocturnos ou de fim-de-semana que se desenrolam agora no interior dos espaços privados ou nas grandes superfícies comerciais. A tendência é para que todos

os membros do grupo passem o dia longe da sua habitação: na creche, na escola ou no trabalho, aos quais se vêm juntar um sem número de actividades extracurriculares ou pós-laborais formativas, desportivas ou de puro lazer. De modo semelhante, os tempos de excepção deixam de corresponder à celebração do grupo – a festa do bairro – e passam a ser associados à fuga de tudo o que é tido por quotidiano, nomeadamente o local de residência – o passeio, a viagem.

A estabilidade laboral e residencial sofrem igualmente alterações drásticas. Kempe e Thill apontam que, no norte europeu, o tempo de permanência numa mesma residência desceu, tendendo agora a situar-se entre os 5 e os 3 anos (p.138). Por seu lado, a mobilidade física está em franco crescimento, tendo o consumo de combustíveis aumentado 76% nos últimos 20 anos.⁶ A esta mobilidade crescente correspondem novas lógicas de localização de diversos serviços que tendem a optar por estratégias de concentração em áreas de grande acessibilidade, enfraquecendo o princípio dos serviços de proximidade directamente ligados às áreas de residência. De facto, a mobilidade física – a par das novas tecnologias de comunicação que relativizaram a importância da co-presença simultânea num mesmo espaço como condição da comunicação e da troca – torna os indivíduos cada vez mais autónomos em relação às condicionantes espaciais e, portanto, cada vez mais independentes em relação à área em que residem e ao grupo que aí habita.

É necessário estar consciente de que estas alterações são a expressão de transformações profundas nas estruturas sociais e nos modos de territorialidade, das quais não estamos dispostos a abdicar. Ao analisar o processo de *urbanização* – entendido como *processo de integração da mobilidade*⁷ na vida quotidiana – Jean Rémy e Liliane Voyé apontam duas transformações estruturantes. Em primeiro lugar, a valorização da mudança, do progresso, da inovação, da mobilidade e da relação com o exterior, por oposição à estabilidade e fechamento do grupo que caracterizavam as lógicas comunitárias tradicionais. Em segundo lugar, a substituição do grupo como centro pelo indivíduo que emerge como “*origem e fim do sentido*” (p.98) e que se move em função do seu próprio projecto pessoal. O indivíduo irá agora rejeitar tudo o que lhe parecer limitar a sua liberdade de escolha. Daí a negação clara de um modelo comunitário que determina à partida a sua posição no seio do grupo e o seu modo de vida, directamente controlado pelas relações de vizinhança. Ao contrário, procurará construir uma rede alargada de relações múltiplas e especializadas, onde a possibilidade de controlo social se dilui e cujos laços permitirão, sempre que necessário o seu afastamento. À comunidade fechada, opõe-se a múltipla pertença voluntária e efémera.

Neste sentido, François Ascher fala de uma *sociedade hipertexto* “na qual indivíduos mais diferentes e autónomos já não partilham senão momentaneamente valores e experiências sociais.” (p.43) Não está aqui em causa a existência de relações sociais significantes, mas a mudança da sua natureza e suporte. As ligações multiplicam-se e diversificam-se. Tornam-se mais *fracas* e mais *frágeis*. Quebram-se mais facilmente, mas também se constroem mais facilmente. O que se perde em solidez, ganha-se em elasticidade e na capacidade desta rede se adaptar, a cada momento, às necessidades do indivíduo. Ele pertencerá a diferentes grupos, correspondentes a campos sociais distintos, que ele identifica com diferentes funções ou diferentes facetas da sua vida, e nos quais se comporta de acordo com códigos igualmente distintos. Estes campos sociais aparecem cada vez mais dissociados entre si e cada vez mais independentes da área de residência e até do próprio espaço físico, sendo que a única ligação entre eles é aquela que é estabelecida pelo próprio indivíduo, pelo modo como salta repetidamente de um para outro, seja deslocando-se, seja utilizando os múltiplos meios de telecomunicação ao seu dispor. A sociabilidade facebook é uma das expressões radicais destas mudanças. Ao território claramente delimitado e reconhecível como dominado por determinado grupo, sucedem-se então novas espacialidades, onde o fechamento e a acessibilidade não são automaticamente correspondentes a qualidades absolutas do espaço físico, nem imediatamente legíveis a partir de princípios de contiguidade ou de demarcação de fronteiras. A própria leitura do espaço físico é agora hipertextual, sendo o seu sentido atribuído por cada indivíduo, pelo modo como o usa e o interpreta.⁸

Face a esta nova estrutura social, Ascher conclui que *“a dilatação dos territórios urbanos praticada usualmente pelos cidadãos enfraquece a importância da proximidade na vida quotidiana: o bairro é muito menos o lugar de integração das relações de amizade, familiares, profissionais, cívicas; os vizinhos mais próximos são cada vez menos os amigos, os pais, os colegas, salvo nalguns guetos de ricos e de pobres. O local muda de natureza e de sentido: é cada vez mais escolhido e abrange apenas realidades sociais fragmentárias. De facto, mesmo os habitantes das cidades privadas norte-americanas (as gated communities) vivem à escala metropolitana: deslocam-se muito, quotidianamente e cada vez mais longe.”* (p.63)

4.

No entanto, nos discursos que sublinham a perda dos ambientes comunitários identificados com o modelo idealizado do bairro parece esquecer-se esta realidade, como se a alteração das condições de vida e da própria estrutura social fossem independentes das alterações verificadas nos espaços e nos ambientes que aí se criam. No já referido estudo de Marta Martins, sublinha-se que os interlocutores referem *“que antes havia vida nas ruas, o que decorreria de um efectivo exercício de planeamento urbano, afiançam, plasmado na existência de sítios para sair à rua: cafés, esplanadas, piscinas públicas...”* (p.118) Ou seja, a tendência é para procurar a causa da perda sentida no próprio desenho dos espaços urbanos, na sua manutenção e nos serviços e equipamentos disponíveis, responsabilizando a Administração. O olhar desloca-se das alterações do contexto social, para as diferenças entre os ambientes urbanos de hoje e de *antes*, ou melhor, entre a percepção e apreciação que é actualmente feita do ambiente urbano que se habita e uma memória idealizada de um ambiente passado (que poderá ter sido habitado ou não). Idealização que surge sempre como um domínio socialmente gratificante, do qual a limitação da liberdade e o conflito estão ausentes (ou muito amenizados), associado a um ambiente carregado de história e de símbolos, de preferência com um certo carácter pitoresco, cuja síntese podemos encontrar no *Pátio das Cantigas*. E, face à diferença sentida, a análise recai de imediato sobre o que se considera como mais determinante na definição do dito ambiente, ou seja, o próprio desenho do espaço.

Não é estranho. É a própria Arquitectura, enquanto disciplina, que repetidamente reclama para si mesma a capacidade – e por isso o dever – de determinar as práticas, os modos de vida, os ambientes, a própria criação de comunidades e definição do sentido das sociedades. Voltemos aqui aos Team 10 – momento em que a arquitectura mais se baseou num olhar sociológico, deixando de ser entendida como produtora de significado, mas antes como mediadora, como elemento capaz de expressar o sentido da sociedade, deixando assim de ser possível pensar uma qualquer proposta arquitectónica independentemente da comunidade específica a que se destinaria. É este grupo de jovens arquitectos que, por reacção à abstracção do modernismo da primeira metade do século, re-institui o imaginário e a mística do bairro comunitário. Mas é também este grupo que, desde o seu início, defende que *“a adequação [appropriateness] de uma qualquer solução deverá vir do campo da invenção arquitectónica mais do que da antropologia social”* (SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter – “Habitat”, 1954. in RISSELADA Max; HEUVEL, Dirk van den; p.42) e que assume como objectivo *“restaurar esses modelos sociais que, do seu ponto de vista, estavam a ser dissolvidos pelas estratégias modernistas de planeamento, assim como por forças sociais mais amplas.”* (JASCHKE, Karin; p.181). Reafirma-se portanto a ideia de que o cenário determina a acção; a noção de que a criação de uma imagem correspondente a uma utopia social – ou até a uma visão pessoal do que deveria ser a sociedade – tem a capacidade de realizar essa utopia e de instituir essa sociedade. Percebe-se assim que a busca pelo ambiente perdido recaia sobre o desenho dos espaços e sobre a própria disciplina da Arquitectura.

Nuno Travasso
Em Busca do Tempo Perdido

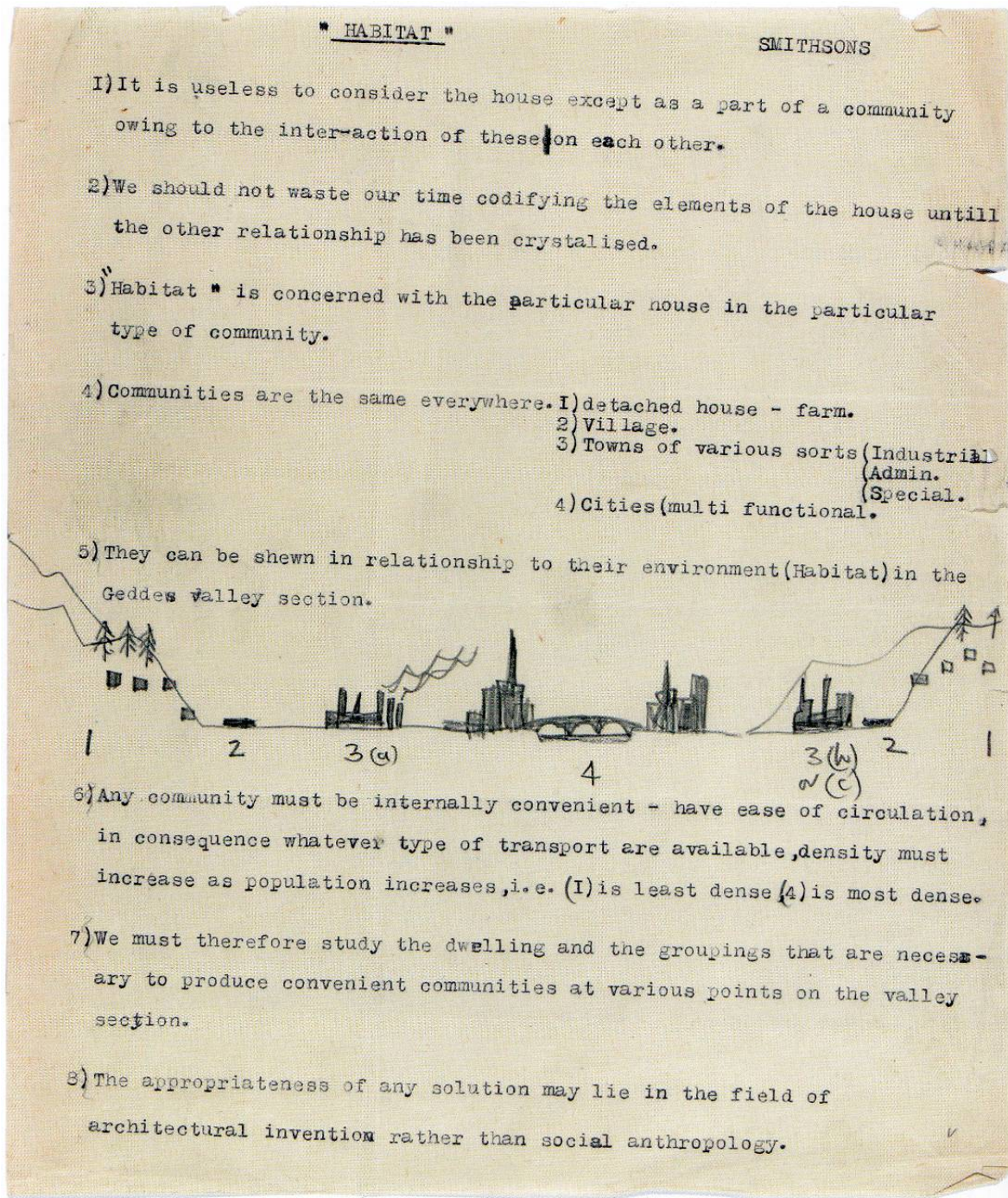


Figura 8 - "Habitat". Texto de Alison e Peter Smithson apresentado no encontro dos Team 10 em Doorn em Janeiro de 1954 e que serviu de base para a redacção do *Manifesto de Doorn*, que viria a ser a primeira declaração conjunta deste grupo de arquitetos.

Fonte: RISSELADA Max; HEUVEL, Dirk van den; p.42.

Seja na cidade histórica – entretanto adaptada às novas exigências de conforto e após o devido *restyling* que a coloca mais próxima do gosto actual, ou melhor, mais consentânea com a própria memória que dela se foi construindo – seja nos ditos condomínios fechados, o que parece verificar-se é a procura de criação de um cenário que remete para a imagem do modelo ideal de bairro. Inverte-se assim a ordem dos factores. O ambiente não será já o resultado da lenta e ritualizada acção do grupo sobre o espaço, mas algo que é definido à partida e que procura promover, ou pelo menos citar, esse conjunto de práticas, assim como as memórias e o imaginário a elas associados. A relação que o indivíduo tem com o local que habita não resulta de uma activa apropriação do espaço, ou de um profundo sentimento de pertença àquele grupo. E no entanto, a imagem que se exige é a de um ambiente apropriado, intensamente habitado, com memórias de um tempo longo e, por isso, desde logo acolhedor para o novo residente – tal como se pede a um decorador (ou a um cenógrafo) que crie, de um dia para o outro, no interior de uma casa, um ambiente que pareça reflectir a identidade dos seus habitantes e as memórias de toda uma vida naquele espaço. Procura-se portanto uma espécie de bairro *prêt-à-habiter*, baseado na construção de uma imagem que assenta num imaginário colectivo, que será tão construído por memórias passadas, como por uma multiplicidade de imagens, produzidas pelos mais diversos meios de comunicação.

De facto, os meios de comunicação, e em especial a publicidade que nele se transmite, têm aqui um papel fundamental. Com o fim das comunidades estáveis, desaparece o controlo social que assegurava a integração do indivíduo na cultura do grupo. Aliás, o próprio indivíduo procurará muitas vezes, numa lógica de mobilidade social, aderir a um grupo que não é já aquele de que partiu. Tal adesão baseia-se em mecanismos de reconhecimento que não assentam já no relacionamento pessoal, mas antes na avaliação de critérios externos, que irão desde as formas de comportamento ao automóvel que se possui, ou ao local escolhido para passar férias; critérios estes que o indivíduo tem dificuldade em conhecer e dominar. A publicidade (mas também o cinema, a informação, os magazines culturais) surge aqui como instrumento que, ao mesmo tempo que informa que um determinado produto é marca de pertença a um grupo específico – normalmente o grupo mais apetecível - oferece esse mesmo produto. Um processo de transmissão de informação que se faz, fundamentalmente, através da imagem.

Esta insistência na imagem, ou melhor, a procura de sentido directamente através da imagem não estará longe da proposta feita por Michel Freitag na sua própria busca pela reconstrução do sentido da sociedade que o autor considera perdido, ou melhor, destruído pela própria dissolução da sociedade numa miríade de processos tecnocráticos: *“Num sentido inverso ao que até aqui se produziu na história da arquitectura, que reflectia as normas da sociedade, talvez se trate agora de vermos na maneira como ‘arquitecturamos o mundo’, os critérios, tanto positivos como negativos, que nos permitiriam julgar as nossas maneiras de viver individuais e sobretudo colectivas, e a partir das quais poderíamos cometer-nos num lento processo de ‘abdução objectiva’ das normas que nos damos. [...] Pode significar que tomaremos consciência da nossa responsabilidade perante a beleza, e que aprenderemos a ver o que a beleza nos diz sobre o valor do nosso fazer.”* (p.75)

5.

Penso que não interessa, neste momento, procurar perceber até que ponto a dita perda de um ambiente urbano significativa corresponde mais a uma alteração do espaço físico ou à alteração do contexto social; ou até se tal divisão faz sentido. Não se pretende também aqui procurar perceber qual seria o modelo de espaço mais adaptado às sociedades actuais.

O que penso ser essencial questionar é o próprio sentimento de perda. Fala-se da perda de uma certa sociabilidade de vizinhança, do comércio tradicional e de proximidade, de um espaço colectivo significativa intensamente vivenciado e reconhecido como lugar de encon-

tro e de troca. Fala-se, no fundo, da perda de uma esfera de sociabilidade que surgia como uma espécie de expansão da casa e se estabelecia como domínio físico e social intermédio entre o público e o privado, ao qual o indivíduo se sentia pertencer e com o qual se identificava. Uma unidade composta por grupo, lugar e cultura que conferiam à partida um sentido à vida e ao mundo. Sentido que Augé, entre outros, afirmou ter-se perdido com a dissociação das partes que constituíam tal unidade, e que resultou, como vimos, da exigência da liberdade individual e do estabelecimento do projecto individual como determinante para as escolhas de cada um.

Sobretudo, interessa aqui perceber como parece estar a lidar-se com este sentimento de perda, ou como se procura superá-lo. Em especial, perceber a transferência de todos os problemas para o domínio do espaço físico. Porquê procurar ver no desenho e gestão do espaço urbano a principal causa de algo que parece justificar-se cabalmente pelas profundas alterações dos estilos de vida e das estruturas sociais verificadas nas últimas décadas? Esta pergunta torna-se tão mais importante quanto parece ser esse discurso a pressionar o mercado e a dirigir a construção de grande parte dos espaços urbanos actuais.

O sentimento de perda provoca uma profunda ansiedade e a urgência de preenchimento do vazio da ausência. Daí a necessidade de uma resposta rápida e visível, que confira segurança e estabilidade. Resposta que se tem baseado na criação de uma imagem que cita o ambiente que se considera perdido. Parece estarmos perante um processo de negação que desloca as causas da perda sentida de um âmbito que não domina, para um outro âmbito que aparenta ser facilmente compreensível e que permitiria o controlo da situação e, sobretudo, a sua alteração, ou reconstrução.⁹

É por isso necessário perguntar se tal atitude não oculta e nega as verdadeiras razões da mudança cujo desejo se pressente, levando a soluções que não procuram responder a contextos sociais reais mas a imaginários que assentam em condições inexistentes e que, no limite, serão sempre origem de sentimentos incompreendidos de frustração... porque o cenário que se constrói pertence a outro filme.

Agradecimentos

A pesquisa traduzida no presente artigo decorre no âmbito da investigação para Doutoramento, que conta com uma Bolsa Individual de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Referências bibliográficas:

ASCHER, François – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos: Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

AUGÉ, Marc – *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Graus Editora, 2005.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre – *The practice of everyday life – Vol.2: living & cooking*. Minneapolis /London: University of Minnesota Press, 1998.

DLUHOSCH, Eric; ŠVÁCHA, Rostilav – *Karel Teige 1900-1951: L'enfant terrible of the Czech modernist avant-garde*. London/Cambridge, Mass: The MIT Press, 1999.

FREITAG, Michel – *Arquitetura e Sociedade*. Lisboa: D. Quixote, 2004.

FRIEDMAN, Yona – *Pro Domo*. Barcelona: Actar / Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2006.

JASCHKE, Karin – “City is House and House is City: Aldo van Eyck, Piet Blom and the architecture of homecoming” in PALMA, Vittoria di; PERITON, Diana; LATHOURI, Marina – *Intimate Metropolis: Urban subjects in the modern city*. London/New York: Routledge, 2009. pp 175-194.

KEMPE, André; THILL, Oliver – “Neutralidad específica: Un manifiesto sobre la nueva vivienda colectiva” in MOZAS, Javier; FERNÁNDEZ PER, Aurora – *Densidad: Nueva vivienda colectiva*. Vitoria-Gasteiz: a+t ediciones, 2004.

KOZLOVSKY, Roy – “Urban Play” in PALMA, Vittoria di; PERITON, Diana; LATHOURI, Marina – *Intimate Metropolis: Urban subjects in the modern city*. London/New York: Routledge, 2009. pp 195-217.

MARKUS, Clare; SARKISSIAN, Wendy – *Housing as if people mattered. Site design guidelines for medium-density family housing*. Berkeley: University of California Press, 1986.

MARTINS, Marta – “Condomínios Habitacionais Fechados e Qualidade de Vida: Uma discussão (também) sobre a cidade” in *Cidades: Comunidades e Territórios*. nº19, Lisboa: CET/ISCTE, 2009. p.111-127

MÓNICA, Maria Filomena – *Passaporte: viagens, 1994-2008*. Lisboa: Aletheia Editores, 2009.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *A Cidade: Rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento, 1994.

RISSELADA Max; HEUVEL, Dirk van den – *Team 10: 1953-81, in Search of a Utopia of the Present*. Rotterdam: NAI Publishers, 2005.

SMITHSON Alison; SMITHSON Peter – *The charged void: Urbanism*. New York: The Moncelli Press, 2005.

Sítios de Internet consultados:

www.ine.pt

www.pordata.pt

Nuno Travasso
Em Busca do Tempo Perdido

1 O conceito de *bairro* é lato e pouco estável, estando sujeito a grandes variações, conforme o tempo ou até o local a que nos referimos. Por exemplo, no Porto é correntemente associado a *bairro social* e por isso, suporte de conotações negativas. *Bairro* é também um conceito marcado por sucessivas questões ideológicas e políticas, ou simplesmente tipológicas. Não pretendendo abarcar tais questões, e consciente dos riscos do uso de tal conceito, ele é aqui seleccionado, pelo facto de o argumento partir do modo como a questão surge no discurso corrente, no imaginário colectivo e nos meios de comunicação, onde o uso do termo *bairro* é generalizado.

2 Interessa, no entanto, referir que, já em 1932, comparando o tempo que os membros dos grupos domésticos das diferentes classes sociais permanecem na sua residência, Karel Teige aponta que, ao contrário do que se passa numa economia agrária ou com as classes médias, no caso do proletariado todos os membros do grupo doméstico passam o dia fora da sua residência. Conclui daí que o habitar se reduz ao alojamento – deixando de ser habitar – e que a própria habitação se reduz a dormitório. Perante tal facto, Karel Teige propõe uma total reformulação das unidades de vizinhança e da própria habitação, identificando os modelos tradicionais (assim como os que então estavam a ser propostos pelas vanguardas da Europa Ocidental) com modos de vida burgueses que pouco teriam a ver com as condições da classe operária (DLUHOSCH Eric; ŠVÁCHA Rostilav; pp.164-183).

3 A Dinamarca foi o primeiro país a regulamentar a obrigatoriedade de parques infantis em todos os conjuntos de habitação social, em 1939, tendo sido seguido pela Inglaterra em 1961. A generalização de parques infantis e infantários nos mais reconhecidos conjuntos habitacionais levou a que passassem a ser presença regular não só na habitação social como também nas promoções privadas. A estes espaços seguem-se outros: escolas, centros de dia, etc. (KOZLOVSKY, Roy; pp.197, 213)

4 Em Portugal, as famílias alargadas (compostas por 6 ou mais indivíduos), que em 1960 correspondiam a 17% do total de agregados familiares, hoje praticamente não têm relevância estatística (correspondiam a 3,3% em 2001, mas tendo em conta a sua constante e rápida diminuição, deverão ser hoje meramente residuais). Actualmente a dimensão média das famílias está já abaixo dos 3 indivíduos (2,7 em 2009) sendo que a família tradicional (casal com filhos) correspondia em 2009 apenas a 40,1% do número total dos agregados domésticos. Fonte: PORDATA.

5 Actualmente, as mulheres correspondem já a 47,5% da população activa. Fonte: INE, dados do 3º trimestre de 2010.

6 Em 1990, a soma da venda de todos os combustíveis destinados ao transporte rodoviário perfazia 3625,1 toneladas, tendo em 2009 atingido as 6375,7. Fonte: PORDATA.

7 Devemos aqui entender mobilidade não só de pessoas, mas também de bens, informação e energia, tal como propõe François Ascher.

8 Saliente-se, no entanto, que os processos de individuação encontram na sociedade fenomenologias e padrões diversos e contraditórios. A pobreza ou a carência diminuem as possibilidades de escolha (a ideia central da lógica do indivíduo e da distinção); ao contrário, níveis elevados de capital social expandem quer a percepção, quer as possibilidades dessas escolhas.

9 Certamente, o mercado imobiliário não será estranho a tal aposta, tanto no que toca a sublinhar a noção de perda como ao que se refere à apresentação de uma solução imediata. No entanto o mercado limita-se a reagir às dinâmicas estabelecidas.